



PREJULGADO DE TESE Nº 009, 28 de abril de 2016.


RESOLUÇÃO Nº 12.418

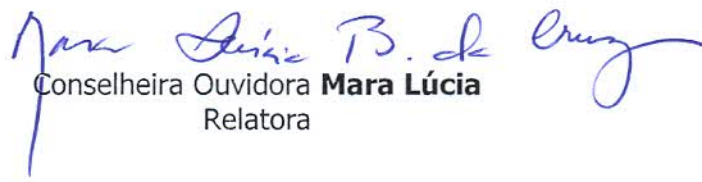
Processo nº 201602641-00

EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. OBSERVÂNCIA DAS ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES CONTIDAS NA LEI FEDERAL N.º 8.159/1991 (POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS). COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA LEGISLAR, ACERCA DA GESTÃO E GUARDA DE DOCUMENTOS PÚBLICOS, EM ÂMBITO LOCAL. EM CASO DE OMISSÃO LEGISLATIVA PRÓPRIA, OBSERVAR A MANUTENÇÃO DE PROCESSOS EM ARQUIVOS, POR PELO MENOS 10 (DEZ) ANOS, EXCETO QUANTO AOS DOCUMENTOS CUJA GUARDA POSSUA PRAZO LEGAL SUPERIOR, DEVIDAMENTE FIXADA. TRATAMENTO DIFERENCIADO, QUANTO AOS PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, COM IMPOSIÇÃO DE RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO E/OU MULTAS. PROVIDÊNCIAS E ACOMPANHAMENTO DO PODER LEGISLATIVO, JUNTO AO PODER EXECUTIVO, PAR PROMOÇÃO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO, OBJETIVANDO O RESSARCIMENTO AO ERÁRIO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** formulada em tese, e respondida nos termos do **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012 c/c §2º, do art. 300, do RITCM-PA**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, Relatório, Voto e Resolução da Conselheira Relatora, às **fls. 06-16** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **28 de abril de 2016.**


Conselheiro Corregedor **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão


Conselheira Ouvidora **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros, Aloísio Chaves, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Antônio José Guimarães; Conselheiros Substitutos, Alexandre Cunha e Márcia Costa; e a Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RESOLUÇÃO N.º 12.418

Publicado no D.O.E. Nº 33168
de 13.07.16 à Pg. 08
do _____ Caderno.

Processo n.º: 201602641-00

Assunto: Consulta

Órgão: Câmara Municipal de São Miguel do Guamá

Interessado: Ver. José Paulo de Lira Júnior

Exercício: 2016

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. OBSERVÂNCIA DAS ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES CONTIDAS NA LEI FEDERAL N.º 8.159/1991 (POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS). COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA LEGISLAR, ACERCA DA GESTÃO E GUARDA DE DOCUMENTOS PÚBLICOS, EM ÂMBITO LOCAL. EM CASO DE OMISSÃO LEGISLATIVA PRÓPRIA, OBSERVAR A MANUTENÇÃO DE PROCESSOS EM ARQUIVOS, POR PELO MENOS 10 (DEZ) ANOS, EXCETO QUANTO AOS DOCUMENTOS CUJA GUARDA POSSUA PRAZO LEGAL SUPERIOR, DEVIDAMENTE FIXADA. TRATAMENTO DIFERENCIADO, QUANTO AOS PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, COM IMPOSIÇÃO DE RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO E/OU MULTAS. PROVIDÊNCIAS E ACOMPANHAMENTO DO PODER LEGISLATIVO, JUNTO AO PODER EXECUTIVO, PARA PROMOÇÃO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO, OBJETIVANDO O RESSARCIMENTO AO ERÁRIO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada por autoridade competente, e respondida nos termos do **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012 c/c §2º, do art. 300, do RITCM-PA**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 06-15**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **28 de abril de 2016**.


Conselheiro Daniel Lavareda
Presidente da Sessão


Conselheira Mara Lúcia
Relatora

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves; José Carlos Araújo; Daniel Lavareda; Mara Lúcia; Antônio José Guimarães; Conselheiro Substituto Alexandre Cunha e Márcia Costa e Procuradora Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.418

Processo n.º: 201602641-00

Assunto: Consulta

Órgão: Câmara Municipal de São Miguel do Guamá

Interessado: Ver. José Paulo de Lira Júnior

Exercício: 2016

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

RELATÓRIO

JOSÉ PAULO DE LIRA JÚNIOR, Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Guamá, encaminhou o Ofício n.º 041/2016-GP (fl. 01), recebido neste TCM-PA sob a forma de solicitação de informações, em **18.02.16**, onde suscita, a manifestação desta Corte de Contas e a prestação de informações, nos termos que sintetizo a seguir:

- a) **Apresenta consulta relacionada ao tratamento que deverá ser dispensado aos processos de prestações de contas, que se encontram nos arquivos daquela Câmara Municipal, vinculados à Prefeitura Municipal, Secretárias, Órgãos e Autarquias, os quais já teriam recebido julgamento neste TCM-PA, sem possibilidade de recursos, questionando quanto à autorização para devolução aos responsáveis ou encaminhamento para incineração;**
- b) **Apresenta, ainda, solicitação de informações, através de levantamento à ser realizado pela "Diretoria de Arquivos", relacionando as contas da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal, que já possuam o "aludido parecer", assim como aquelas que não possuam, para que adote, o solicitante, as providências cabíveis.**

Compulsando os autos, verifico, ainda, que o ora consulente, apresenta, para além da vertente consulta, pedido de informações sobre andamento processual de exercícios diversos, os quais devem ser tratados em separado, razão pela qual, apreciarei, nos presentes autos, tão somente a consulta formulada, ressaltando, desde já, que para a realização do levantamento de informações, com pertinência aos exercícios pretéritos, da

Manoel



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.418

Câmara e Prefeitura Municipal, deverá o interessado protocolar requerimento, junto à Secretaria Geral, deste TCM-PA, trazendo, na oportunidade, o detalhamento das informações pretendidas, por exercício de competência, a qual poderá ser, a rigor, fornecida por intermédio de Certidão.

Diante do exposto, considerando que o caso em questão, apesar de pautado em fato concreto, possui relevância temática, dada a sua indiscutível repercussão, junto aos demais jurisdicionados desta Corte de Contas, tratarei a matéria sob a forma de tese, a teor do permissivo contido no **§2º, do art. 300, do RITCM-PA**, em admitir a presente **consulta**, tal como apresentada pela Câmara Municipal solicitante.

É o relatório.

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012¹ c/c §2º, do art. 300, do RITCM-PA**, visto que formulada com base em caso concreto, contudo, passível de análise e resposta, sob a forma de conforme previsão regimental, para além de ser encaminhada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**.

A matéria, sob exame, exige algumas preliminares considerações, destacadamente quanto às competências das Câmaras Municipais, quanto à análise e providências relacionadas às prestações de contas julgadas por este TCM-PA, razão pela qual remeto à **Instrução Normativa n.º 003/2015-TCM/PA**, a qual consignou resposta à consulta formulada pela Câmara Municipal de Capitão Poço (Processo n.º 201408715), de minha relatoria, aprovada à unanimidade, de onde extraio, por relevante, os seguintes pontos, amparados na Constituição Federal de 1988:

¹ XVI - Responder a consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RESOLUÇÃO N.º 12.418

01 – Assiste, exclusivamente, à Câmara Municipal a competência para julgamento das contas anuais de governo, de responsabilidade do Chefe do Executivo Municipal, com base no parecer prévio exarado pelo Tribunal de Contas dos Municípios, a teor do art. 49, IX, da CF/88;

02 – Assiste, exclusivamente, ao Tribunal de Contas dos Municípios a competência para julgamento das contas anuais de gestão e das demais unidades orçamentárias municipais, inclusive da Câmara Municipal, a teor do inciso II, do art. 71, da CF/88;

Tal consideração é necessária, para assentar, claramente, que a competência, atribuída às Câmaras Municipais, está adstrita ao julgamento das contas de governo, do Chefe do Executivo Municipal, no que se deflui o entendimento de que, quanto às demais prestações de contas (contas de gestão do Prefeito Municipal e das demais unidades orçamentárias municipais), a decisão com trânsito em julgado, proferida por este Colegiado de Contas, inexistente qualquer outra apreciação de mérito, por parte do Legislativo Municipal.

A percepção de competências conduz, ainda, ao entendimento que o dever de guarda dos processos de prestações de contas de gestão do Executivo e das demais unidades orçamentárias municipais, recai não sob a Câmara Municipal, mas sim ao Executivo Municipal, por encerrarem documentos de natureza contábil de responsabilidade daquela esfera de Poder, pelo que, desde já, recomendo, ao Consulente, o encaminhamento dos processos com trânsito em julgado, de exercícios pretéritos, que se enquadrem em tal modalidade, à Prefeitura Municipal.

Entendo, ainda, dadas as atribuições constitucionais previstas ao Poder Legislativo, quanto à fiscalização dos atos do executivo, que proceda, a quando do inventário destes processos arquivados, o levantamento das decisões que impuseram, aos ordenadores de despesas, reprovação das contas pautadas em ressarcimento ao erário, objetivando a cobrança, junto ao Executivo Municipal, das medidas adotadas pela Procuradoria Municipal,

Guilherme



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RESOLUÇÃO N.º 12.418

no ajuizamento das competentes ações de ressarcimento, cujos débitos, lembramos, são imprescritíveis e exigem tal medida, sob pena de prevaricação.

Dado o caráter pedagógico, assentado em toda consulta respondida por este Tribunal de Contas, não é demais recomendar que tal procedimento se revista de todas as formalidades necessárias, tal como o levantamento detalhado de processos, por: número processual; número de volumes e páginas; unidade orçamentária; exercício e ordenador responsável, havendo o competente registro de recebimento, a quando de sua entrega à Prefeitura Municipal.

Verificadas as competências de julgamento e guarda, por parte da Câmara Municipal, cabe-me enfrentar, o ponto relacionado aos procedimentos que informam a guarda de documentos públicos, *in casu*, prestações de contas, pela Administração Pública, no que se inserem tantos os processos sob competência de julgamento deste TCM-PA, quanto àqueles de competência final de julgamento, pelo Poder Legislativo.

Para melhor compreensão do tema, vale destacar que a **Lei Federal n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991**, traz específica disposição acerca da política nacional de arquivos públicos e privados, de onde extrai-se os artigos 1º, 2º e 7º, conforme transcrição:

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RESOLUÇÃO N.º 12.418

Art. 7º - Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.

§ 1º - São também públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público, por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos no exercício de suas atividades.

§ 2º - A cessação de atividades de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora.

Fica, portanto, definido que, os documentos (processos) inerentes às prestações de contas municipais, estão inseridos no dever de guarda da administração pública, devendo, esta, implementar políticas próprias, com base em diretrizes nacionais, as quais fixadas pelo **Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**, órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional, criado pelo **art. 26, da Lei Federal n.º 8.159/1991**, o qual tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

Nos termos do Decreto Federal n.º 4073/2002, compete ao CONARQ:

Art. 2º. Compete ao CONARQ:

I - estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.418

***II** - promover o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas;*

***III** - propor ao Ministro de Estado da Justiça normas legais necessárias ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados;*

***IV** - zelar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais que norteiam o funcionamento e o acesso aos arquivos públicos;*

***V** - estimular programas de gestão e de preservação de documentos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, produzidos ou recebidos em decorrência das funções executiva, legislativa e judiciária;*

***VI** - subsidiar a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo metas e prioridades da política nacional de arquivos públicos e privados;*

***VII** - estimular a implantação de sistemas de arquivos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e nos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios;*

***VIII** - estimular a integração e modernização dos arquivos públicos e privados;*

***IX** - identificar os arquivos privados de interesse público e social, nos termos do art. 12 da Lei no 8.159, de 1991;*

***X** - propor ao Presidente da República, por intermédio do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a declaração de interesse público e social de arquivos privados;*

***X** - propor ao Presidente da República, por intermédio do Ministro de Estado da Justiça, a declaração de interesse público e social de arquivos privados;*



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RESOLUÇÃO N.º 12.418

XI - estimular a capacitação técnica dos recursos humanos que desenvolvam atividades de arquivo nas instituições integrantes do SINAR;

XII - recomendar providências para a apuração e a reparação de atos lesivos à política nacional de arquivos públicos e privados;

XIII - promover a elaboração do cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos;

XIV - manter intercâmbio com outros conselhos e instituições, cujas finalidades sejam relacionadas ou complementares às suas, para prover e receber elementos de informação e juízo, conjugar esforços e encadear ações;

XV - articular-se com outros órgãos do Poder Público formuladores de políticas nacionais nas áreas de educação, cultura, ciência, tecnologia, informação e informática.

Apesar da instituição do referido Conselho Nacional e de sua competência na definição de critérios técnicos para definição de políticas públicas, voltadas a vertente matéria, a **Lei Federal n.º 8.159/91**, estabelece a competência, de acordo com a esfera de Poder, quando à criação de leis e regulamentos próprios para a gestão e guarda de documentos públicos, conforme dispositivos que transcrevo:

Art. 9º. A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.

Art. 17. A administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

§4º. São Arquivos Municipais o arquivo do Poder Executivo e o arquivo do Poder Legislativo.

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 12.418

Art. 21. Legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado o disposto na Constituição Federal e nesta lei.

Emerge, da citada Lei Federal, a necessidade produção legislativa e da criação de estrutura administrativa, que venha desempenhar, no âmbito municipal, as diretrizes de tratamento, guarda e arquivo dos documentos públicos, para a qual, recomenda-se a busca, pela municipalidade, de orientações junto ao **Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ**.

Apesar das normatizações e indicações, acima transcritas, entendo como indispensável, na ausência de políticas públicas locais - **as quais se demonstram indispensáveis e sob a responsabilidade de atuação da Câmara Municipal, dado a sua competência legislativa** - quanto à guarda e conservação de documentos, em especial, daqueles que compõem as prestações de contas, no âmbito municipal, que alguns critérios balizadores mínimos, devem ser observados, no que destaco:

- a) Dada a diversidade de matérias (fáticas e legais), que acodem os autos de prestação de contas, razão pela qual, as consequências processuais vinculadas às mesmas, poderiam ensejar uma diversidade muito ampla de ações ou demandas, vejo como prazo comum, para manutenção de tais arquivos, o mínimo de 10 (dez) anos, exceto quanto aos documentos cuja a guarda possua prazo legal superior, devidamente fixada, a contar do trânsito em julgado das decisões, prolatadas pelo TCM-PA e, quanto às contas de governo do Executivo Municipal, a contar do julgamento político, realizado pelo Poder Legislativo Municipal.
- b) Deverá, ainda, a despeito da recomendação realizada alhures, quanto ao levantamento dos processos em que haja a obrigatoriedade de restituição ao erário, bem como naqueles em que persista a aplicação de multas, os mesmos deverão ser tratados de modo diferenciado, de forma a se perquirir, junto ao

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RESOLUÇÃO N.º 12.418

Executivo Municipal, o desencadeamento das competentes ações de cobrança/restituição ao erário.

- c) Cabe-me destacar que, apesar da natureza de título executivo, sob a qual se revestem as decisões deste TCM-PA, por imperativo legal, torna-se indispensável a remessa dos processos originais, à Procuradoria Municipal, onde se insiram débitos lançados à conta "Agente Ordenador", passíveis, portanto, de restituição ao erário, de tal sorte que se veja garantida a melhor instrução processual, para além de se assegurar o acesso de fotocópias, ao ordenador responsável, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.
- d) Ademais, entendo, quanto aos autos onde reste consignada a aprovação com ou sem ressalvas, com fixação de multa, dada a titularidade deste TCM-PA, para recebimento de tais valores, à luz da Lei do FUNREAP, que incorre o dever desta Corte de Contas, através da Secretaria Geral, na extração de fotocópias, antes do encaminhamento do ato decisório, para inscrição junto à dívida ativa estadual (SEFA).
- e) Relativamente aos processos com aprovação das prestações de contas, sem imputações de multas ou débitos, caberá a remessa dos mesmos à Prefeitura Municipal, para as providências de guardo e arquivo.
- f) Por fim, quanto ao requerimento de informações, em tese, inserido dentro da consulta, relativamente ao levantamento da situação de julgamento e trânsito em julgado, das pretéritas prestações de contas, vinculados à Câmara Municipal, Prefeitura Municipal e demais unidades orçamentárias do Poder Executivo, esclareço que a Assessoria da Presidência deste TCM-PA, em 29.02.16, terminou o levantamento, tal como solicitado, o qual enviado previamente, ao Consulente, através de Ofício desta Conselheira-Relatora.

Diante do exposto, considerando a possibilidade de idêntica situação, em outros municípios sob a jurisdição deste **TCM-PA**, tal como vivenciado pela **Câmara Municipal de**

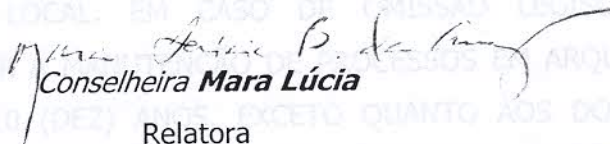


ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RESOLUÇÃO N.º 12.418

São Miguel do Guamá, recomendo a elaboração de **Orientação Técnica**, por esta Corte de Contas, com ampla divulgação entre os demais jurisdicionados.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **28 de abril de 2016**.


Conselheira Mara Lúcia
Relatora

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA formulada em tese, e respondida nos termos do artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012 c/c §2º, do art. 300, do RITCM-PA, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à unanimidade, em aprovar a resposta à CONSULTA, nos termos da Ata da Sessão, Relatório, Voto e Resolução da Conselheira Relatora, as fls. 06-16 dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RITCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 28 de abril de 2016.


Conselheiro Presidente da Sessão


Conselheira Relatora

Presentes: Conselheiros, Albino Chaves, José Carlos Araújo, Daniel Lavanha, Mara Lúcia e Antônio José Guimarães; Conselheiros Substitutos, Alexandre Cunha e Márcia Costa; e a Promotora de Justiça Ruteira Ruteira de Castro dos Municípios do Estado do Pará, Maria Regina Cunha.